

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

INTRODUÇÃO. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS. MODALIDADES.
FONTES DAS OBRIGAÇÕES

VOLUME I

 GESTLEGAL

ÍNDICE GERAL

Nota prévia	5
Plano da Obra	7
Abreviaturas	11
INTRODUÇÃO	13
Introdução	15
1. Origem e evolução histórica. Breve nota.....	15
2. O Direito das Obrigações no sistema jurídico	17
3. O objecto do Direito das Obrigações. Plano de curso	23
Capítulo I	
Conceito e estrutura da obrigação.....	31
4. O conceito legal de obrigação. Figuras afins	32
5. Os elementos constitutivos da obrigação. Sujeitos, objecto e vínculo jurídico	34
5.1. Os sujeitos da obrigação	35
5.2. A prestação como objecto da obrigação.....	36
5.2.1. Requisitos legais da prestação	37
a. Possibilidade física e legal.....	37
b. Licidade	38
c. Determinabilidade.....	38
d. Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes.....	39
5.2.2. Modalidades de prestações (remissão).....	39

ÍNDICES

•	
5.3. O vínculo jurídico. A relação obrigacional complexa	40
5.3.1. Os deveres de prestação principais e secundários.....	40
5.3.2. Os deveres acessórios de conduta	41
5.3.3. Outras posições jurídicas	52
Capítulo II	
Características da obrigação	53
6. Generalidades	53
7. O carácter patrimonial	53
8. A mediação ou colaboração devida.....	55
9. A relatividade.....	55
10. A autonomia	57
11. A atipicidade	58
Capítulo III	
As Obrigações e as outras classes de situações jurídicas	59
12. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais; obrigações reais e ónus reais.....	60
13. Os direitos pessoais de gozo.....	67
14. Obrigações, direitos familiares e sucessórios.....	69
Capítulo IV	
Modalidades de obrigações	73
15. Modalidades de obrigações quanto ao vínculo. As obrigações naturais	74
16. Modalidades de obrigações quanto aos sujeitos.....	77
16.1. A indeterminação do credor na relação obrigacional	77
16.2. A relação obrigacional com pluralidade de sujeitos.....	78
16.3. As obrigações parciárias	78
16.3.1. As prestações divisíveis e indivisíveis	79
16.3.2. Regime de cumprimento das obrigações parciárias.....	81
16.3.3. As prestações <i>subjectivamente</i> indivisíveis	84
16.4. As obrigações solidárias.....	89
16.4.1. A extensão da noção de solidariedade	89
16.4.2. O regime das obrigações solidárias	92
16.5. Obrigações com pluralidade de sujeitos. Conclusões	94

•	
17. Modalidades de obrigações quanto ao objecto.....	96
17.1. Prestações de coisa e prestações de facto	96
17.2. Prestações fungíveis e infungíveis	98
17.3. Prestações instantâneas e duradouras	100
17.4. Prestações de resultado e prestações de meios	102
17.5. Prestações determinadas e indeterminadas	104
17.5.1. Obrigações genéricas	105
17.5.2. Obrigações alternativas e obrigações com faculdade alternativa..	107
17.6. Obrigações pecuniárias	109
17.6.1. Obrigações de quantidade	110
17.6.2. Obrigações em moeda específica	110
17.6.3. Obrigações em moeda estrangeira	111
17.7. Obrigações de juros	111
Parte I	
DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	115
18. Noções gerais sobre fontes das obrigações.....	117
Capítulo I	
Contratos.....	121
19. Noções gerais. Origem e evolução.....	122
20. Contratos e autonomia privada	125
Secção I — O controlo do conteúdo dos contratos	127
21. As cláusulas contratuais gerais	128
22. Boa-fé e conteúdo dos contratos constituídos por cláusulas contratuais gerais	131
23. As cláusulas contratuais individualizadas. A aplicação do regime das	
cláusulas contratuais gerais	134
24. O sistema dualista de controlo dos conteúdos negociais	140
Secção II — Modalidades de contratos.....	142
25. Contratos consensuais e formais	142
26. Contratos reais <i>quoad constitutionem</i> e contratos consensuais	143

ÍNDICES

•

27. Contratos obrigacionais e reais.....	149
28. A cláusula de reserva de propriedade nos contratos de alienação	155
29. Contratos bilaterais e unilaterais.....	161
30. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos.....	162
31. Contratos onerosos e gratuitos.....	163
32. Contratos comutativos e aleatórios	164
33. Contratos nominados e inominados.....	165
34. Contratos típicos e atípicos	165
35. Contratos mistos.....	166
36. A união de contratos	169
37. Contratos preliminares e contratação mitigada.....	170
Secção III — O contrato-promessa.....	171
38. Noção e vantagens práticas. Modalidades	172
39. Figuras afins	173
40. O princípio da equiparação.....	175
41. Forma da promessa.....	176
42. Transmissão dos direitos e obrigações emergentes da promessa.....	177
43. Os meios de tutela do contraente fiel.....	178
43.1. A execução específica.....	178
43.2. O sinal. Noção e funções	184
43.2.1. Sinal, contrato-promessa e antecipação de cumprimento.....	185
43.2.2. O funcionamento do regime do sinal. Articulação com a indenização pelo acréscimo de valor da coisa.....	187
43.3. A atribuição do direito de retenção ao promitente que obteve a tradição da coisa	193
44. A eficácia real do contrato-promessa	196
Secção IV — Pacto de preferência	198
45. Noção, relevância prática e caracterização básica	200
46. O âmbito do pacto de preferência.....	203
47. Preferência obrigacional e preferência real	204
48. O pacto de preferência no quadro geral das preferências; valor relativo.	205
49. Distinção de figuras afins.....	207
50. Regime do pacto de preferência	208
50.1. Forma.....	208

	•	
50.2.	A comunicação para preferência.....	209
50.3.	As condutas do titular da preferência. Efeitos da declaração de preferência.....	216
50.4.	Venda conjunta por preço global e promessa de prestação “acessória”	219
51.	Intransmissibilidade tendencial.....	221
52.	Incumprimento do pacto de preferência.....	221
52.1.	Preferência obrigacional.....	222
52.2.	Preferência com eficácia real: acção de preferência.....	223
53.	Natureza jurídica da obrigação de preferência.....	229
Secção V — Contrato a favor de terceiro.....		230
54.	Noção e aplicações práticas. Figuras afins.....	231
55.	Estrutura do contrato a favor de terceiro.....	232
56.	O regime normal do contrato a favor de terceiro.....	234
57.	Regimes especiais.....	236
57.1.	A promessa de liberação de dívida como falso contrato a favor de terceiro.....	236
57.2.	As promessas em benefício de pessoas indeterminadas ou no interesse público.....	237
57.3.	A promessa a cumprir depois da morte do promissário.....	237
Secção VI — O contrato para pessoa a nomear.....		238
58.	Noção legal e interesse prático da cláusula para pessoa a nomear.....	239
59.	Regime. Publicidade e direitos de terceiros.....	241
60.	Natureza jurídica.....	243
Secção VII — As relações contratuais de facto.....		244
61.	O pensamento originário. Evolução.....	244
62.	As soluções actuais.....	248
Capítulo II		
Negócios Unilaterais.....		253
63.	O princípio da tipicidade.....	253
64.	Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida.....	254
65.	Promessa pública.....	256
66.	Concurso público.....	257

ÍNDICES

Capítulo III	
Gestão de Negócios	259
67. Origens. Coordenadas fundamentais.....	260
68. Pressupostos da gestão de negócios.....	263
69. Deveres do gestor.....	268
69.1. Dever de agir em conformidade com o interesse e a vontade real ou presumível do dono do negócio.....	268
69.2. Dever de avisar o dono do negócio, logo que lhe seja possível, de que assumiu a gestão.....	271
69.3. Dever de prestação de contas.....	273
69.4. Dever de informação.....	273
69.5. Dever de entregar ao titular tudo quanto haja recebido de terceiros no exercício da gestão ou o saldo das respectivas contas com os juros legais	273
70. Responsabilidade do gestor.....	274
71. Os direitos do gestor.....	276
72. Aprovação da gestão.....	279
73. Relações entre o dono do negócio e terceiros.....	280
74. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria.....	282
Capítulo IV	
O enriquecimento sem causa	283
75. Origens. Aplicações práticas do enriquecimento sem causa.....	284
76. Pressupostos da obrigação de restituir o enriquecimento injustificado....	286
76.1. Existência de um enriquecimento.....	286
76.2. Obtenção desse enriquecimento à custa de outrem.....	287
76.3. Ausência de causa justificativa para esse enriquecimento.....	288
77. Carácter subsidiário da obrigação de restituir.....	289
78. Modalidades de enriquecimento.....	290
78.1. Enriquecimento por prestação. Conceito e modalidades típicas	291
a. A repetição do indevido.....	292
b. A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa....	294
c. Restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido.....	295
78.2. O enriquecimento por intervenção. Conceito e situações abrangidas	295

	•	
78.3.	O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem ...	296
a.	Enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias	296
b.	Enriquecimento por pagamento de dívidas alheias	297
c.	A necessidade de tutela do enriquecido contra o enriquecimento forçado	297
78.4.	Enriquecimento por desconsideração de património	299
79.	Objecto da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa. Concepção real e concepção patrimonial da medida da restituição	299
79.1.	Agravamento da obrigação de restituir	307
79.2.	Obrigação de restituir no caso de alienação gratuita	309
80.	Prescrição do direito à restituição	309
	Capítulo V	
	Responsabilidade civil	311
81.	Noções introdutórias	314
	Secção I — A responsabilidade delitual. Pressupostos	316
	Subsecção I — O facto voluntário	316
82.	Actos; violações directas e indirectas	316
83.	A responsabilidade por omissões. Os deveres legais e negociais de agir	318
	Subsecção II — A ilicitude	322
84.	Conceito e significado. Ilicitude da conduta e do resultado	323
85.	Estrutura da ilicitude. Conduta, resultado e nexo de imputação	328
85.1.	Comportamento contrário à ordem de conduta	328
85.1.1.	A conduta dolosa	329
85.1.2.	Erro e exclusão do dolo	330
85.1.3.	A conduta negligente	331
85.2.	O resultado ilícito	334
85.2.1.	Ilicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas	334
a.	Direitos de personalidade	336
b.	Direitos familiares e sucessórios	340

ÍNDICES

•

c. Os direitos de propriedade intelectual	343
d. Os direitos reais	344
e. Os direitos de crédito	345
85.2.2. Ilicitude por violação de normas de protecção.....	349
85.3. Causalidade constitutiva de responsabilidade.....	354
85.3.1. A teoria da equivalência das condições	356
85.3.2. A teoria da última condição ou da causa próxima	357
85.3.3. A teoria da condição eficiente.....	357
85.3.4. A teoria da causalidade adequada	358
85.3.5. A teoria do escopo da norma violada.....	359
85.3.6. A doutrina da criação ou incremento do risco	360
85.3.7. Orientação perfilhada sobre o nexo causal.....	362
86. Outras previsões específicas de ilicitude	365
86.1. O abuso de direito	365
86.2. A ofensa ao crédito ou ao bom nome.....	366
86.3. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações	368
87. As causas de exclusão da ilicitude	369
87.1. Exercício de um direito e cumprimento de um dever	370
87.2. Legítima defesa	371
87.3. Acção directa.....	376
87.4. Estado de necessidade	377
87.5. Consentimento do lesado	378
Subsecção III — A culpa	380
88. Conceito e elementos	380
89. A imputabilidade como pressuposto da culpa e o regime de responsabi- lidade dos imputáveis	382
90. Critérios de apreciação da culpa	383
91. Causas de exclusão da culpa	386
91.1. Erro desculpável.....	386
91.2. Medo invencível.....	388
91.3. Desculpabilidade ou inexigibilidade	388
92. Prova da culpa. Presunções.....	388
92.1. Danos causados por incapazes naturais	389

•

92.2. Danos causados por edifícios ou outras obras	393
92.3. Danos causados por coisas ou animais	394
92.4. Danos resultantes de actividades perigosas	397
Subsecção IV — O dano	399
93. O dano. Noção.....	400
94. Dano em sentido real e em sentido patrimonial.....	401
95. Danos patrimoniais e não patrimoniais. Os danos patrimoniais primários	402
96. Danos emergentes e lucros cessantes.....	404
97. Danos presentes e danos futuros	405
98. O dano da privação de uso	406
99. A perda de oportunidade como dano.....	407
100. Danos não patrimoniais	411
101. A indemnização dos danos causados pela morte	414
102. Titularidade do direito à indemnização	419
103. Prescrição do direito à indemnização.....	421
Subsecção V — O nexo causal entre o facto ilícito e o dano.....	423
104. Causalidade delimitadora da responsabilidade	424
105. O concurso da culpa do lesado	427
106. A irrelevância dos processos causais virtuais.....	432
Secção II — A responsabilidade objectiva	433
107. Os fundamentos da responsabilidade pelo risco.....	435
108. A responsabilidade do comitente.....	436
109. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas..	443
110. Danos causados por animais	445
111. Danos causados por veículos de circulação terrestre.....	447
111.1. Pressupostos da responsabilidade.....	447
111.2. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem.	450
111.3. Beneficiários da responsabilidade	454
111.4. Casos de exclusão da responsabilidade	455
111.5. A colisão de veículos	458
111.6. Pluralidade de responsáveis pelos danos. O sistema binário de imputação	461
111.7. Limites da responsabilidade pelo risco.....	463
112. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos.....	464

ÍNDICES

•

113. Aplicação subsidiária das regras delituais à responsabilidade pelo risco	465
114. A responsabilidade do produtor.....	466
115. Responsabilidade pelo sacrifício	471
Secção III — O dever de indemnizar	472
116. Razões de uma remissão.....	472
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	475
ÍNDICES.....	489
Índice de Jurisprudência.....	491
Índice Geral.....	497

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt